

Racismo religioso na escola: projeto de delineamento cultural para seu enfrentamento

Religious racism at school: cultural design project to face it

Racismo religioso en la escuela: proyecto de diseño cultural para afrontarlo

Pedro Henrique Araújo Orlandi¹, Thaize de Souza Reis¹

[1] Universidade Federal de Mato Grosso do Sul | **Título abreviado:** Racismo religioso na escola | **Endereço para correspondência:** Pedro Henrique Araújo Orlandi – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Av. Costa e Silva, s/nº, Bairro Universitário. Campo Grande/MS. CEP: 79070-900 | **Email:** pedroaraujoorlandi@gmail.com | **doi:** org/10.18761/DH0012.jul21

Resumo: Casos de intolerância religiosa registrados no país ocorrem principalmente contra religiões de matriz africana, mesmo havendo leis que criminalizem estes atos. Em relação à intolerância religiosa direcionada a essas religiões de matriz africana, o termo racismo religioso se coloca como mais preciso, em função das variáveis antecedentes que controlam os comportamentos de intolerância. Na literatura da análise do comportamento não se encontram trabalhos que tratem desta temática específica. Sendo assim, entendendo a urgência e a necessidade de a área abordar o tema, este trabalho tem como objetivo criar um projeto de intervenção baseado na Análise Comportamental da Cultura com aplicação no contexto escolar contra o racismo religioso – utilizando para isso o Guia Orientador para delineamentos culturais. Trata-se de um estudo teórico que hipotetiza um projeto de intervenção em uma escola. Na elaboração deste guia discutiram-se variáveis controladoras da prática cultural do racismo religioso na escola e um projeto de intervenção foi planejado para eliminar tal prática e instalar uma nova, incompatível com a primeira. Intervir sobre o racismo religioso na escola é de extrema urgência e um dever do psicólogo e especialmente do analista do comportamento, que deve ter uma prática em prol da justiça social.

Palavras-chave: racismo religioso; análise comportamental da cultura; intolerância religiosa; educação.

Abstract: Religious intolerance cases registered in the country occur mainly against African origin religions, even with laws that criminalizes these acts. Regarding religious intolerance toward African origin religions, the term religious racism is more accurate because of the antecedents variables that control intolerance behaviors. There are no studies in the literature on behavior analysis that deal with this specific theme. Therefore, understanding the urgency and the need to address this issue, this work aims to create an intervention project based on the Behavior Analysis of Culture, with application in the school context, against religious racism – using the Guide for cultural design. This is a theoretical study that hypothesizes an intervention project in a school. In the elaboration of this guide, the controlling variables of the cultural practice of religious racism at school were discussed and an intervention project was planned to eliminate such practice and install a new one, incompatible with the first. We argue that intervening on religious racism at school is of extreme urgency and a duty of the psychologist and specially of the behavior analyst, who must have a practice in favor of social justice.

Keywords: religious racism; behavior analysis of culture; religious intolerance; education.

Resumen: Los casos de intolerancia religiosa en el país ocurren principalmente contra religiones de origen africano, aunque exista todo el sustento legal que criminaliza esos actos. En cuanto a la intolerancia religiosa hacia las religiones de origen africana, el término racismo religioso es más preciso, debido a las variables antecedentes que controlan las conductas de intolerancia. No existen estudios en la literatura sobre análisis del comportamiento que aborden este tema específico. Por lo tanto, entendiendo la urgencia y la necesidad que tiene el área de abordar este tema, este trabajo tiene como objetivo generar un proyecto de intervención basado en el análisis conductual de la cultura, con aplicación en el contexto escolar, contra el racismo religioso – utilizando la Guía de Orientación para diseño cultural. Se trata de un estudio teórico que plantea como hipótesis un proyecto de intervención en una escuela. En la elaboración de esta guía se discutieron las variables controladoras de la práctica cultural del racismo religioso en la escuela y se planificó un proyecto de intervención para eliminar esta práctica e instalar una nueva, incompatible con la primera. Argumentamos que intervenir sobre el racismo religioso en la escuela es de extrema urgencia y deber del psicólogo y especialmente del analista de conducta, quien debe tener una práctica a favor de la justicia social.

Palabras clave: racismo religioso; análisis conductual de la cultura; intolerancia religiosa; educación.

Introdução

A intolerância religiosa pode ser definida como o não reconhecimento da veracidade de outras religiões e estaria ligada à discriminação, a estereótipos e ao preconceito (Fernandes, 2017). Essa intolerância pode ser cometida de diversos modos, como destaca o Código Penal Brasileiro “Escarnecer de alguém publicamente, por motivo de crença ou função religiosa; impedir ou perturbar cerimônia ou prática de culto religioso; vilipendiar publicamente ato ou objeto de culto religioso” (Brasil, 1940).

Devido a não existência de uma definição analítico-comportamental de intolerância religiosa, propomos elencar topografias de comportamentos que podem fazer parte da classe de comportamentos denominadas intolerância religiosa – tomamos por base os construtos legais, por serem os que mais se aproximam de uma topografia de resposta. Definimos então como: xingar empregando palavras reconhecidas pela comunidade verbal como ofensa religiosa; agredir fisicamente alguém em função de sua religião; tratar de modo não-cordial uma pessoa em função de suas vestes religiosas; reconhecer algumas práticas religiosas e outras não; destruir, impedir a realização, causar danos, perturbar, cultos religiosos, bem como seus templos e seus artefatos; impedir que adeptos de algumas religiões façam uso de seus trajes e artefatos religiosos no trabalho/instituição escolar/espços públicos e permitir que adeptos de outras religiões o façam; impedir que um adepto de uma religião não frequente seu culto; impedir que um adepto de uma religião realize manifestações de sua religião em sua casa; emitir opiniões afirmando que uma religião tem mais direitos do que outras. Esta definição poderia ser estendida facilmente, já que os locais, perpetradores e as próprias formas de ocorrência da intolerância religiosa são heterogêneas.

Intolerância Religiosa em Números

Dados sobre as denúncias de intolerância religiosa no Brasil mostram que apenas no primeiro semestre do ano de 2019 (última atualização dos dados) foram feitas 354 denúncias por meio do Disque

Direitos Humanos (Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 2020). Os dados revelam a crescente de casos, já que durante todo o ano de 2018, 506 casos foram denunciados e em 2017, 537. Das 506 denúncias recebidas em 2018, 152 se referiam a intolerância praticada contra religiões de matriz africana, daqui em diante referidas pela sigla RMA. No primeiro semestre de 2019 foram registradas 61 denúncias de intolerância contra RMA. Esses números, no entanto, podem ser maiores, pois a maioria das denúncias não especifica a religião contra a qual a intolerância foi praticada. Desde 2011, primeiro ano da série de dados produzida pelo Disque Direitos Humanos, as RMA são as que mais sofrem intolerância religiosa. Vale salientar que a maioria das denúncias não especificam qual religião a vítima professa, por isso, dentre as denúncias com a religião da vítima explicitada, as RMA são as mais presentes.

Perseguição às RMA no Brasil

Os motivos que fazem com que as RMA sejam as mais ofendidas no país são históricos e datam do Brasil Colônia. Os negros escravizados que eram trazidos ao Brasil eram batizados na religião católica já no porto de onde saíam da África, tendo que negar suas religiões originais – portanto, tendo que proclamar que a religião Católica era a razão de sua fé e que suas práticas religiosas anteriores não eram verdadeiras (Silveira, 2006). Mesmo tendo negado suas religiões, manifestações destas eram percebidas, por exemplo, na forma como os escravizados praticavam a religião católica. As RMA surgem no Brasil, unindo elementos das religiões praticadas na África, do catolicismo e dos rituais empregados no Brasil (Suriani Lamas, 2019). Durante toda a sociedade colonial brasileira, as RMA eram consideradas magia/feitiçaria e eram passíveis de punição pelo Código Canônico (Fernandes, 2017). Mesmo com o fim da Colônia e do posterior Império, as RMA ainda eram perseguidas na República – o Código Penal de 1890 versava contra práticas de feitiçaria. No século XX se criam formas de controle institucional das RMA, como a Delegacia de Jogos e Costumes, que começa a exigir de centros alvarás para seu funcionamento legal – o que não era exigi-

do de outras práticas religiosas. No Código Penal de 1942 não há mais a punição contra o dito praticante de magia ou espírita, mas a punição era prevista contra aqueles que praticassem o mal. Observa-se, portanto, a valorização de algumas práticas mediúnicas, que começavam a ser aceitas pela sociedade, como o Kardecismo, de origem europeia, não negra, enquanto as práticas das RMA ainda eram comumente enquadradas e punidas (Maggie, 1992). Em 1976 deixa de ser necessário o registro na Delegacia de Jogos e Costumes, mas ainda havia perseguições na Ditadura Militar contra as RMA e seus adeptos. Esta perseguição institucional direta só vem a arrefecer com a Constituição Federal de 1988 (Fernandes, 2017).

Intolerância Religiosa ou Racismo Religioso?

Segundo Fernandes (2017), há no meio ativista uma discussão acerca da nomenclatura intolerância religiosa quando nos referimos a RMA, pois se considera que a ofensa contra estas religiões traz consigo peculiaridades e especificidades de sua origem que valem o uso de outro termo – racismo religioso. A tese defendida para o uso deste termo se baseia no histórico singular das RMA no Brasil e que o principal motivador para a intolerância religiosa neste caso é o fato de serem práticas criadas por negros. Ainda que a escravidão tenha sido abolida no Brasil, o estigma de inferioridade atribuído aos escravizados acompanha a população negra ainda hoje. Feita essa consideração, empregaremos daqui em diante o termo racismo religioso para nos referirmos à intolerância religiosa praticada contra as RMA. Entendemos que a operacionalização de intolerância religiosa apresentada anteriormente ainda é precisa ao se tratar de racismo religioso, o que difere é a motivação do ato contra estas religiões.

Racismo Religioso e Psicologia

No Brasil, a intolerância religiosa e o racismo religioso vêm sendo pouco estudados pela Psicologia de modo geral. Os termos “intolerância religiosa” e “racismo religioso” foram pesquisados em três

bibliotecas científicas: Scielo, BVS PSI e Oasis – entendendo que estes portais de busca são o meio mais comum de se encontrar trabalhos em psicologia no Brasil. Foram incluídas apenas as produções da Psicologia e excluídas produções de outras áreas de conhecimento. Encontraram-se cinco produções da área da Psicologia. A busca no Scielo resultou em duas publicações com o termo “intolerância religiosa” e uma com o termo “racismo religioso”. Na BVS PSI não foram encontradas publicações com nenhum dos termos. A busca na biblioteca Oasis resultou em uma publicação com cada termo. Uma dessas produções foi um artigo publicado no periódico *Psicologia & Sociedade*, encontrado a partir da busca na Scielo com o termo “intolerância religiosa”. O artigo (Rodrigues, 2007) buscava refletir geneologicamente acerca da diversidade e convivência intercultural, procurando entender as implicações e significados da discriminação atualmente. Esta produção articula elementos da obra foucaultiana relacionada a Revolução Iraniana (1978-1979) com o que chamam de choque de civilizações no mundo contemporâneo. A autora discute que a interculturalidade – a convivência entre membros de culturas divergentes no mesmo espaço – implica em revisões de princípios da vida coletiva (mudanças legislativas, institucionais, religiosas, educacionais) dos dois lados da equação. A segunda produção (Oliveira, 2021), publicada no periódico *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, encontrada a partir da busca na Scielo com o termo “intolerância religiosa”, realiza uma pesquisa bibliográfica e busca uma possibilidade de se trabalhar o fundamentalismo religioso por meio da teoria psicanalítica. Nesta pesquisa o autor implica a noção freudiana de agressividade e pulsão de morte com a ideologia do fundamentalismo religioso. Segundo o autor, estas noções estão presentes em todos os espaços, mesmo nos lugares onde se prega valores e ideais religiosos.

A terceira produção encontrada na Scielo, com o termo “racismo religioso”, publicada no periódico *Escritos de Psicología* (Núñez Alarcón, Moral Toranzo, & Moreno Jiménez, 2010), que objetivava analisar a associação entre religião e preconceito em cristãos e muçulmanos dentro do contexto universitário. A pesquisa trabalhou com participantes das duas religiões, universitários (211 cristãos e 121

muçulmanos) e não-universitários (155 cristãos e 220 muçulmanos). Os autores utilizaram um questionário que trazia instrumentos com escalas que mediam sobre religião subjetiva, preconceito religioso, autoritarismo de direita, fundamentalismo, frequência de orações, dogmatismo, literalismo, crenças, emoções, favorabilidade e racismo moderno. Os resultados apontam que muçulmanos (universitários ou não) são mais religiosos, fundamentalistas e autoritários e interpretam textos religiosos de forma mais literal. Em relação ao preconceito, nas mostras cristãs indicam presença de autoritarismo de direita e fundamentalismo e nas mostras muçulmanas de dogmatismo e uma orientação religiosa intrínseca e extrínseca. Discute-se que a importância de se levar em consideração o contexto sócio-político em que as amostras se situam (no caso a Espanha) e as especificidades que cada religião prega a seus adeptos (como por exemplo o fato de que é estimulada uma interpretação não-litera da Bíblia pela Igreja Católica).

O quarto trabalho foi encontrado a partir da busca por “intolerância religiosa” na Oasis. Trata-se de uma dissertação (Cavalcanti, 2016), que investigou em que medida a discriminação contra as religiões de matriz africana, o preconceito racial, a teologia da prosperidade, o tipo de religião e grau de religiosidade e o autoritarismo de direita estão em relação e quais destes fatores vão ter função de mediar a relação entre religião/religiosidade e discriminação. Para investigar isto a autora realizou dois estudos com amostras de estudantes universitários e fiéis de religiões diversas. Utilizou da escala de discriminação contra religiões afro-brasileiras e da escala de religião/religiosidade. Segundo os resultados dos dois estudos, fiéis neopentecostais e protestantes tiveram escores que pontuavam a favor de maior discriminação contra religiões afro-brasileiras e o grau de religiosidade destas pessoas influi diretamente neste resultado. Católicos, ateus e pessoas sem religião pontuaram como sendo os mais tolerantes com as religiões afro-brasileiras neste estudo. A autora discute que, diferentemente do que é encontrado na literatura, nem a teologia da prosperidade nem o racismo, mas o autoritarismo de direita que se mostrou no estudo como o construto que medeia a relação entre o tipo de religião/religiosidade e a discriminação contra re-

ligiões afro-brasileiras. A autora ainda recomenda cautela na interpretação destes dados – que vão em direção oposta da literatura de cunho teórico -, já que um estudo como este é inédito no país e que mais pesquisas como esta se fazem necessárias.

A quinta produção (Santos, 2010), também uma dissertação, tendo sido encontrada a partir da busca pelo termo “racismo religioso” na Oasis, em que o objetivo buscava verificar se havia uma relação entre preconceito racial e a percepção que se tem sobre as religiões afro-brasileiras. O autor realizou para isso três estudos, em que a amostra dos dois primeiros consistia em participantes católicos, evangélicos e espíritas (77 sujeitos) e no terceiro estudo a amostra era composta por 4 líderes religiosos. No primeiro estudo os participantes tinham que categorizar com adjetivos relativos a pessoas simpáticas/antipáticas e pessoas de primeiro e terceiro mundo pessoas de religiões afro-brasileiras, católicas, evangélicas e espíritas. O segundo estudo consistiu em uma análise lexical da seguinte pergunta: quais são os elementos essenciais das religiões católica, evangélica, espírita e afro-brasileiras, que foi feita aos participantes da primeira amostra. O terceiro estudo é uma análise do discurso da amostra dos líderes religiosos (das 4 religiões que o estudo pesquisou) acerca de uma situação concreta sobre preconceito contra religiões afro-brasileiras. Segundo a autoria, os resultados do primeiro estudo não foram o esperado – não houve categorização pejorativa aos adeptos de religiões afro-brasileiras em comparação com as outras religiões. Em relação ao segundo estudo, encontraram repertórios léxicos e discursivos que colocavam as religiões afro-brasileiras como inferiores e primitivas e que, no caso das outras 3 religiões, apenas as diferenciavam no intergrupo. No terceiro estudo os resultados mostraram no discurso dos líderes religiosos uma presença marcante de discursos racistas e que colocam as religiões afro-brasileiras como inferior e que devia aprender com a cultura branca para diminuir o preconceito existente. O autor discute que se consegue concluir a relação entre preconceito racial e o preconceito às religiões afro-brasileiras.

Os termos “intolerância religiosa” e “racismo religioso” também foram buscados, sem recorte temporal, nas seguintes revistas de Análise

do Comportamento: *Acta Comportamentalia*, *Revista Brasileira de Análise do Comportamento*, *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva* e *Revista Perspectivas em Análise do Comportamento*. Não foram encontradas publicações sobre o tema em quaisquer das revistas.

Como podemos observar, as cinco produções do campo da psicologia encontradas objetivam sobre assuntos diferentes, mas podemos relacionar principalmente as duas últimas, especialmente por buscarem investigar a relação entre racismo e intolerância religiosa contra religiões de matriz africana (ou religiões afro-brasileiras).

Vale salientar que os resultados das duas pesquisas diferem entre si, já que em Cavalcanti (2016) não se fez notável a relação entre racismo e intolerância religiosa contra RMA e em Santos (2010) sim. Podemos discutir que os resultados de Santos (2010) apontem a existência dessa relação, como a literatura aponta, já que nesta pesquisa o autor realizou três tipos diferentes de estudos e com duas amostras diferentes, o que pode sugerir uma maior generalização dos resultados. Também podemos comentar o fato de que Cavalcanti (2016) realiza uma pesquisa psicométrica baseada em instrumentos de valoração de escores diversos e que Santos (2010) também faz uma análise estatística, mas vai além e também se utiliza uma análise lexical e uma análise do discurso – e justamente nestas duas últimas análises que o autor encontra a relação objetivada.

Os dados apresentados evidenciam como essa temática, mesmo extremamente presente em nosso país, é pouco trabalhada pela área. Alerta-se para a problemática que é o fato da psicologia, de forma mais ampla, e a *Análise do Comportamento*, de forma mais específica, não estarem discutindo veementemente esse assunto – comentário que se justifica apesar da pequena extensão da pesquisa bibliográfica realizada.

Análise Comportamental da Cultura: Aspectos introdutórios

De acordo com Carrara et al (2013), a *Análise Comportamental da Cultura* se situa dentro da *Análise do Comportamento* e se utiliza dos conceitos básicos skinnerianos para analisar questões so-

ciais ou com o sistema de matacontingências. Neste trabalho em questão, consideramos, em consonância com Carrara & Zilio (2015), que apesar das contribuições do trabalho em metacontingência de Glenn (1986), também é viável, direto e econômico conceitualmente, um trabalho no campo da cultura dentro do escopo analítico-comportamental se utilizando do conceito de contingência. Sendo assim, não faremos uso de novos níveis de análise ou novas unidades conceituais, como feito em Glenn (1986) e seus trabalhos seguintes.

Passamos agora a discutir brevemente conceitos que consideramos fundamentais da *Análise Comportamental da Cultura* e do compromisso social do analista do comportamento em atuar em questões socialmente relevantes. De acordo com Fernandes, Carrara e Zilio (2017), cultura vem a ser definida como o conjunto de contingências sociais, contingências estas caracterizadas por contexto antecedente, comportamento e evento consequente. Este comportamento, ao se falar em cultura, é tido como prática cultural, que se define por “comportamentos individuais ou das pessoas em grupo que fazem parte das contingências sociais” (p. 277). O contexto antecedente e o evento consequente se situam no ambiente social. Importante frisar que um indivíduo somente faz parte de uma cultura se as contingências sociais que a caracterizam exercerem alguma função no controle de seu comportamento.

Para Carrara (2016), em função de atuarem em uma profissão considerada de ajuda, psicólogos devem necessariamente ter ações que sejam orientadas no sentido da busca de uma sociedade justa e igualitária. O autor afirma ainda que os analistas do comportamento devem se comprometer e propor projetos que proponham uma direção objetiva voltado a solucionar problemas sociais universalmente conhecidos. Esses projetos podem ser denominados planejamento cultural, que, segundo Carrara et al. (2013), era uma grande insistência de Skinner. O planejamento cultural é definido como “planejamentos de processos comportamentais para a coletividade” (p. 100). Ainda que deva haver uma preocupação do planejador cultural em se ater às importâncias das diferenças culturais e individuais, não se pode ignorar que um delineamento cultural não é feito somente de descrições, mas também de prescrições, e estas devem ser guiadas por princí-

pios e valores que no fim são resumidos pela sobrevivência das culturas (Dittrich, 2010). A sobrevivência das culturas é um tema controverso na área, como exposto por Melo & De Rose (2012) e por Fernandes (2015), mas aqui tomamos por posição o argumento de Dittrich (2010), em que não se defende a sobrevivência de qualquer prática cultural e a manutenção do *status quo*, mas se defende uma indispensável previsão no planejamento cultural que, segundo Carrara (2016) visem o bem coletivo, portanto, planejar a sobrevivência de culturas que pratiquem o bem coletivo.

De acordo com Skinner (2003), delineamentos culturais poderiam ser definidos como o *design* planejado das práticas culturais pretendidas, dos eventos que a antecederiam e das consequências produzidas. Em relação aos delineamentos culturais, uma dificuldade que se encontra reside no campo ético-moral. Carrara et al. (2013) expõem que em algum momento anterior ao da realização do delineamento o planejador se defrontará com questões de prescrições éticas. Dittrich (2010), discorre que na contemporaneidade da disciplina da ética há uma tendência em diminuir o ato de prescrições de comportamentos e virtudes, ao invés disso se propõe a prescrição de procedimentos que auxiliem a uma tomada de decisões éticas. Evidentemente, há um enfoque grande no respeito às diferenças culturais e individuais, mas mesmo assim alguns padrões éticos mínimos ainda seriam necessários em alguns dilemas morais. Diversos choques podem surgir ao se abrir mão da tomada de decisões éticas, de forma que para o autor é indispensável a prática cultural de tomar decisões éticas. Pode parecer simplista esta afirmação de forma geral –que simplesmente se prescreveria o que é “bom” –, mas, ao se deparar com todas as diferenças individuais e culturais, a complexidade dessa tomada de decisão é cada vez mais acentuada. Carrara (2016) afirma que o analista do comportamento deve ter uma conduta ética prescrita por seus melhores pares na literatura e também por normas éticas da profissão de psicólogo em si, e pelas prescrições de direitos e deveres do cidadão.

O Guia Orientador de Carrara et al (2013) como suporte para delineamentos culturais: Proposta de facilitação

Exporemos agora uma alternativa que serve como um passo preliminar ao se estruturar um delineamento cultural, criado por Carrara et al (2013). O Guia, segundo seus autores, não foi criado com intenção de servir como modelo rígido para os delineamentos culturais, mas sim como um facilitador, como um passo preliminar ao delineamento cultural em si e que pretende sanar dúvidas e indagações pertinentes à atuação do analista comportamental da cultura. Os autores atestam que por ser um modelo mutável o planejador pode retirar algum item e adicionar outros.

Duas fontes de dados foram utilizadas pelos autores para a construção do Guia: publicações relacionadas às questões tecnológicas e éticas em periódicos nacionais e também fontes consagradas da área sobre este assunto, além da seleção das questões mais frequentemente trazidas sobre a elaboração do Guia e sua temática pelos membros do GEPEDEC – Grupo de Estudos e Pesquisas em Delineamentos Culturais, grupo do qual os autores e criadores do Guia fazem parte (Carrara et al., 2013).

O Guia define-se, mais especificamente, por dois pontos: um *checklist* que traz metas e pontos aplicáveis ou não-aplicáveis ao delineamento cultural proposto; e, um fluxograma de decisões do processo de planejamento cultural (Carrara et al., 2013). Importante destacar que neste trabalho utilizamos somente o *checklist* do Guia e não o fluxograma, pois consideramos que este traz informações já contidas no *checklist*. Adicionalmente, o fluxograma traz alguns passos que não se enquadram na Análise Comportamental de Cultura, já que o Guia foi elaborado com o intuito de servir para pesquisadores de cultura de diversas vertentes. Alguns pontos do *checklist* não foram utilizados no presente trabalho, pois, ou não se enquadram na Análise Comportamental da Cultura ou não se aplicam ao que pretendemos com este delineamento cultural. Também alguns pontos do *checklist* foram alterados de posição. A versão integral do Guia está disponível em Carrara et al. (2013).

Como exposto, não se observa entre os trabalhos de psicologia e de análise do comportamento interesse em estudar a intolerância religiosa e o racismo religioso, mesmo com o enorme número de casos no Brasil. Considerando esta problemática levantada e o alto número de casos de racismo religioso, o objetivo deste trabalho foi criar um projeto de intervenção baseado na Análise Comportamental da Cultura de aplicação no contexto escolar contra o racismo religioso – utilizando para isso o preenchimento do Guia Orientador elaborado por Carrara et al. (2013), que serve como um facilitador para a criação do Delineamento Cultural.

Este trabalho se trata de uma proposta não testada, não existindo ainda dados empíricos sobre sua implementação, mas devido a não-existência de trabalhos empíricos sob esta temática dentro da Psicologia, acreditamos que um estudo preliminar, como o estudo presente, se faz necessário para que se compreendam melhor as possíveis variáveis controladoras do racismo religioso na escola e possíveis formas de intervenção por meio da Análise do Comportamento.

A seguir são apresentadas as perguntas e levantamentos do Guia e as respostas elaboradas pelos autores ao se propor o delineamento cultural que se pretende – para maiores esclarecimentos a respeito do Guia de Carrara et al (2013) na sua íntegra conferir o estudo original destes autores. As perguntas/levantamentos estarão em negrito, para melhor visualização do leitor e, logo em seguida, as respostas dadas pelos autores.

Guia orientador: *checklist*

O Projeto visa: eliminar uma prática cultural vigente: racismo religioso em ambiente escolar e instalar uma nova prática cultural: relações não-racistas-religiosas no ambiente escolar

Objetivo Geral: Eliminar uma prática cultural vigente, o racismo religioso, em ambiente escolar e instalar uma nova prática cultural, relações não-racistas-religiosas no ambiente escolar.

Objetivos Específicos: Identificar as respostas da prática cultural vigente que se pretende eliminar; identificar suas fontes de reforçamento; identificar

o histórico comportamental relevante à instalação e manutenção da prática dos indivíduos em questão; identificar reforçadores de curto e longo prazo disponíveis para a instalação da nova prática cultural; verificar se os reforçadores estarão disponíveis para toda a população-alvo.

Há uma delimitação clara do número de pessoas que compõem a comunidade-alvo: sim, a comunidade-alvo inclui os alunos e professores de uma turma do 1º ano do Ensino Médio, em média, 40 alunos.

Há uma delimitação clara da faixa etária a ser atingida: para o grupo de professores não há uma faixa etária delimitada; para os alunos, por se tratar de alunos de Ensino Médio, as idades devem variar entre 14 e 18 anos.

Há uma delimitação clara do tipo de população a ser alcançada: Além dos professores e dos alunos da turma de 1º ano do Ensino Médio, outras populações podem ser alcançadas, como família e outros círculos sociais dessas pessoas.

Organize temporalmente uma sequência de etapas ou passos que caracterizem claramente as práticas culturais esperadas e as existentes e que se pretende alterar:

Em um primeiro momento, os planejadores culturais, pessoas com formação em Análise do Comportamento e conhecimentos a respeito de racismo religioso, divulgam o projeto para gestores escolares de instituições públicas de Ensino Médio – ou antes até mesmo a Secretaria de Educação, se necessário for – para conseguir autorização de se dirigir aos professores e conseguir recrutar professores interessados em participar deste projeto.

Estes formadores seriam pessoas com conhecimento avançado em princípios básicos de análise do comportamento, em observação de comportamentos e em racismo religioso, conceitualmente. Os professores voluntários inicialmente recebem um treinamento, composto por uma parte de ensino por regras e outra de ensino por modelo.

Na fase inicial do projeto se consultaria com os professores sobre como eles avaliam a emissão de comportamentos de racismo religioso pelos alu-

nos, segundo seus parâmetros de observação diária na sala de aula. Após esse contato os planejadores culturais ficariam por quatro semanas – três vezes por semana, em aulas sortidas e sem conhecimento prévio dos alunos – na sala de aula registrando a emissão de comportamentos de racismo religioso. O número de planejadores culturais com função de observar será de no mínimo dois e este número pode aumentar dependendo do escopo da população-alvo.

Os comportamentos que seriam então assim classificados seriam os que se enquadrassem na definição de intolerância religiosa trazida no início deste trabalho. Entendemos que novos e diversos comportamentos de racismo religioso possam vir a acontecer que não se classifiquem em nossos parâmetros – nestes casos o planejador cultural deveria consultar um outro planejador cultural e verificar se há concordância.

A primeira parte, em que predomina o ensino por regras, consiste em aulas sobre a intolerância religiosa, o racismo religioso, seus malefícios à educação do aluno que sofre e os benefícios de um ambiente escolar sem estes agravantes. Essa etapa inclui também aulas sobre os princípios básicos da análise do comportamento – aprendizagem pelas consequências, controle aversivo, reforço negativo, punição, esquemas de reforçamento e aplicação destes conceitos no contexto escolar. Posteriormente, as aulas envolvem discussões sobre delineamentos culturais, até que se aborde a prática cultural do racismo religioso. A partir de então, são apresentadas as hipóteses que explicam a manutenção do racismo religioso no ambiente escolar, a descrição das consequências que o mantém, aspectos da história comportamental e outras práticas culturais que poderiam substituir esta prática que pretendemos eliminar. A participação dos professores seria consequenciada com um certificado que atestasse as horas dispendidas no treinamento.

Na etapa do treinamento em que predomina o ensino por modelo, os professores são ensinados a consequenciar os comportamentos que devem ser mantidos e não consequenciar comportamentos que se pretende eliminar.

Após essas duas partes do treinamento, que têm duração aproximada de quatro encontros de duas horas cada (dois encontros para cada parte), os pro-

fessores, em sala de aula, começam a aplicar o que aprenderam sobre reforçamento diferencial com os alunos. Ao longo desta etapa, que tem a duração de duas semanas, o planejador cultural acompanha o professor na sala de aula para observar a aplicação pelo professor do que este aprendeu nos treinamentos e consequenciar os seus comportamentos. O planejador não consequencia o comportamento do professor na frente dos alunos, mas em momentos em que estão sozinhos, porém o mais próximo temporalmente da emissão da resposta pelo professor.

A cada mês, durante quatro meses, o planejador encontra o professor para acompanhar o andamento do projeto. A partir do quinto mês, os encontros passam a ocorrer a cada 45 dias, se o professor não apresentar dificuldades em consequenciar os comportamentos alvo do projeto. Os encontros deixam de acontecer quando professor e planejador concordam que o nível de racismo religioso na sala de aula chegou a níveis inexistentes ou muito baixos.

Identifique, descreva e anote:

As consequências que mantêm as práticas culturais atuais:

Parece viável supor que sejam as consequências da prática cultural o reforço social de colegas de classe, de professores, de outros funcionários da instituição – no ambiente escolar – e, reforço social de familiares e amigos, etc. – extraclasse. Essas consequências sociais podem ser descritas como risadas, elogios, olhares – ou outras formas comumente tidas como reforçadoras sociais, dependendo da história comportamental de cada indivíduo em questão, às seguintes respostas: piadas ofensivas, depreciativas; escarnecimento público ou privado de pessoas de religiões de matriz africana; agressões físicas e verbais contra os adeptos de tais religiões; proibição de se utilizar as vestes e objetos típicos da religião pelos adeptos na escola.

Os aspectos da história comportamental que parecem ter sido importantes na instalação e consolidação dessas práticas:

Hipotetiza-se que na história comportamental do indivíduo em questão houve um reforçamento social dessa prática cultural. Também se pode supor haver ocorrido aprendizado por regras, em que membros da comunidade verbal do indivíduo emitem enun-

ciados verbais que descrevem relações de contingência, que controlam o comportamento do indivíduo, como por exemplo “chuta que é macumba”, assim, essa regra controla o comportamento da pessoa que passa a se comportar em função dela. Também se pode aprender essa prática cultural por meio de modelo, em que, por exemplo, um indivíduo presencia pessoas sendo reforçadas socialmente por emitir comentários intolerantes ou racistas, podendo a pessoa se comportar sob controle desse modelo.

Outras práticas elegíveis para instalação ou substituição à prática vigente e que produziriam consequências equivalentes:

Quando um aluno emitir comportamentos incompatíveis com o racismo religioso, o professor – ou os colegas – reforçam socialmente esse comportamento, por meio de elogios. Por exemplo, se a professor observar o aluno A, que apresentava comportamentos de racismo religioso contra o aluno B, convivendo harmoniosamente com o aluno B, sem ofendê-lo, sem fazer piadas sobre a sua religião, sem deixá-lo de fora do jogo de futebol, o professor deve reforçar socialmente esta interação dos alunos. Esse exemplo se justifica se o que reforçava o comportamento intolerante do estudante A era/é o reforço social. Não se pode esquecer que essa consequência pode ser fornecida também por outros estudantes, portanto, seria imprescindível que os colegas também reforçassem entre si comportamentos incompatíveis com o racismo religioso – o professor fomentaria isso dando modelo e consequenciando comportamentos entre os alunos que fossem incompatíveis com o racismo religioso.

Identifique:

Quais os eventos reforçadores de curto prazo passíveis de aplicação e disponíveis para modelagem e consolidação dos comportamentos que compõem as práticas culturais requeridas?

Os reforçadores de curto prazo que teriam função de consolidar práticas culturais incompatíveis com o racismo religioso são o reforço social de professores e alunos, especialmente de alunos que já tenham previamente função reforçadora para outro aluno específico. São também potencialmente reforçadores os novos contatos sociais advindos das novas relações que poderiam surgir de uma sala de

aula sem racismo religioso, em que, agora, o aluno que anteriormente apresentava comportamentos de racismo religioso hoje se relaciona com os alunos provenientes de crenças de matriz africana, assim, esse aluno seria reforçado, também socialmente, por meio de conversas, brincadeiras, interações sociais, direcionadas por alunos com quem ele não mantinha contato, ou dos quais se afastava.

No caso dos professores, além da transposição dos eventos potencialmente reforçadores do caso dos alunos para eles, como o reforço social de colegas de trabalho e dos alunos também, pode se supor que, com um ambiente de sala de aula livre de racismo religioso, o manejo desta pelo professor se daria de forma mais fácil do que com a presença do racismo religioso. O professor não teria, por exemplo, que interromper sua aula para dar bronca em um aluno que tivesse emitido um comportamento de racismo religioso, como uma piada ou brincadeira de mau gosto. É possível supor que o aprendizado dos alunos seria mais efetivo em um ambiente de ensino sem racismo religioso – já que um ambiente escolar com menor incidência de eventos aversivos pode auxiliar no aprendizado (Henklain & Carmo, 2013).

Quais os reforçadores disponíveis atualmente ou previstos para longo prazo?

Atualmente deveriam ser os mesmos reforçadores que consequenciam os comportamentos de racismo religioso, mas que aqui seriam direcionados a comportamentos incompatíveis a esses. A longo prazo podemos pensar na vida dos estudantes pós-escola, em que estes entrariam em contato com adeptos de RMA e, sendo cordiais com essas pessoas, tratando-as com respeito e dignidade isso poderia gerar reforçadores sociais para essa pessoa, por exemplo.

Também podemos pensar a longo prazo na questão do aprendizado trazida anteriormente, pois não somente as notas e o desempenho acadêmico comprovam o aprendizado de um estudante, mas também, se, no futuro, fora da escola, ele consegue manter o que teoricamente adquiriu nesta (Skinner, 2003; Henklain & Carmo, 2013). Acreditamos que um ambiente escolar sem a presença do racismo religioso aumenta a probabilidade da aprendizagem do aluno. Notavelmente se faria necessário verificar os níveis de aprendizado do aluno em uma sala de aula com ou sem racismo religioso.

Estes exemplos dizem mais a respeito de alunos que antes praticavam o racismo religioso, mas em relação aos alunos que sofriam, podemos dizer que, a longo prazo, também seu aprendizado poderá ocorrer de modo mais efetivo e suas relações sociais podem se tornar mais reforçadoras – especialmente em ambientes topograficamente e funcionalmente semelhantes ao de uma sala de aula e de uma escola. Acreditamos que um aluno que sofre racismo religioso de colegas e professores na sala de aula – eventos aversivos – tende a se esquivar de situações semelhantes e pessoas que possam também se comportar daquela maneira perante ele.

Assinale os itens que se aplicam:

Os reforçadores imediatos estão disponíveis para toda a população: como os reforçadores imediatos são todos de natureza artificial-social, estes estão disponíveis para a população-alvo da turma de Ensino Médio aqui retratada.

Os reforçadores de longo prazo serão acessíveis à população atual: Como a maioria dos reforçadores de longo prazo também são sociais, podemos compor a hipótese de que a população-alvo também terá acesso a esses reforçadores.

Os reforçadores de longo prazo serão acessíveis apenas aos descendentes da população atual: podemos extrapolar o ambiente escolar originário e presumir que a longo prazo as mudanças ocorridas com a população-alvo do projeto terão impactos num plano geral social; acreditamos que ao tentar eliminar o racismo religioso implementando práticas culturais opostas àquela conseguiríamos que houvesse uma generalização para ambientes não-escolares em que esses alunos convivem.

Os reforçadores de curto prazo são arbitrários ou naturais: há reforçadores das duas naturezas. Arbitrários seriam os reforçadores vindos de professores e alunos, dirigidos à comportamentos não-racistas; além do reforço, também social, de outros professores, colegas e alunos para os professores, também dirigidos à comportamentos não-racistas religiosos. Em relação ao reforço natural há o novo contato social entre alunos que anteriormente praticavam o racismo religioso com aqueles adeptos

de RMA, e o manejo da aula pelo professor que, acreditamos, se daria de forma mais maleável, em um ambiente sem racismo religioso.

Os reforçadores de longo prazo são arbitrários ou naturais: os reforçadores de longo prazo devem ser naturais. Um exemplo é o reforço social que pode vir de uma interação entre um aluno que tenha passado pela intervenção e pessoas adeptas de RMA. Outro exemplo é a aprendizagem dos alunos, que pode acontecer de forma mais efetiva em uma sala de aula onde o racismo religioso esteja ausente, especialmente para os alunos que são vítimas desse racismo. Ainda para esse último grupo de alunos, podem ser naturalmente reforçadoras as relações que eles estabelecem em ambientes em que não haja racismo religioso, assim como pode ser naturalmente reforçador para esses indivíduos não se esquivarem de situações funcionalmente similares aos contextos em que sofreram racismo religioso.

Haverá um estudo piloto para testar os instrumentos a serem utilizados: é possível e recomendável que se faça um estudo piloto, em uma turma menor, por exemplo. Isso permitirá avaliar os parâmetros estabelecidos e, se necessário, aprimorá-los para a aplicação definitiva.

As consequências planejadas, por extensão, beneficiarão outras populações, além da comunidade-alvo: Ao se realizar uma intervenção com um grupo de professores e alunos de uma determinada turma, outras populações que se relacionam com os participantes podem se beneficiar, por exemplo: os demais alunos da escola que têm aulas com os professores, os pais e irmãos dos alunos participantes, outros amigos destes alunos, assim como amigos e familiares dos professores.

Antes de elaborar o projeto de delineamento procure responder de modo detalhado e descritivo às seguintes questões, se e quando elas se aplicarem:

A implementação da nova prática cultural é demanda de quem? A população foi consultada? Há um estudo e uma detida análise legal e ético-moral dos propósitos do projeto?

O presente projeto foi proposto a partir dos interesses de estudo dos pesquisadores. Considerando, porém, que o racismo, não apenas o racismo religioso, está presente nas escolas e tem impactos sobre a vida acadêmica daqueles que são vítimas, podemos imaginar demandas de intervenção por parte dos estudantes vitimados, como também de professores, seja porque são adeptos de RMA e lidam no seu dia a dia com perseguições, seja porque observam em suas salas de aula relações permeadas pelo racismo religioso.

O desejável é que todos os professores que têm contato com a turma da intervenção participem. Como a intervenção não é feita diretamente com os alunos, mas com os professores, somente estes teriam que aceitar a participação.

Sobre a análise ético-moral do projeto, expomos que, segundo Carrara (2016), a ciência nunca é neutra, muito menos a ciência psicológica, portanto, nossas ações devem ser guiadas e dirigidas à busca de uma sociedade justa e igualitária. Sendo assim, uma sociedade em que há o racismo religioso não há possibilidade de haver uma compatibilidade com o que se pode entender por sendo uma sociedade justa e igualitária. Ademais, esse projeto tem como direção essa sociedade trazida pelo autor.

A população da comunidade na qual a prática cultural será implementada é homogênea ou heterogênea?

Trata-se de uma população heterogênea, que além das diferenças em todas as áreas supracitadas, pode diferir quanto a nível socioeconômico, pertencimento étnico-racial, religião, gênero, sexualidade. Podem ser identificadas mesmo diferenças educacionais, pois o fato de estarem em uma mesma turma não garante o mesmo nível de aprendizado.

Discussão

O trabalho aqui apresentado é uma abordagem teórica de um projeto de delineamento cultural incidindo sobre o racismo religioso na escola. Devido à urgência de trabalhos sobre esta temática, acreditamos que como primeiro passo, o trabalho se mostra satisfatório, pois com a elaboração do guia temos acesso a respostas, indagações e questio-

amentos que são necessários ao se planejar uma intervenção. Notavelmente, em uma sala de aula poderiam se identificar outras variáveis que controlassem as práticas culturais a serem eliminadas, porém os aspectos destacados no presente trabalho permitem ter uma base prévia do que se esperar ao se executar o projeto.

A escolha metodológica de se propor a intervenção no contexto escolar advém do fato de que na escola se consegue atingir um grande número de sujeitos, vindos de diferentes origens e que se espera que reproduzam os comportamentos instalados em contextos extraescolares, o que poderia acarretar em uma dimensão ainda maior da intervenção no que diz respeito ao seu alcance e impacto social. Adicionalmente, assim como Skinner (2003) e Zanotto (2000), entendemos a educação como agência de controle com uma posição privilegiada, pois é ela que pode mudar o futuro de maneira mais ampla e efetiva – por meio de seu agente, o professor.

Elaborando sobre a Análise do Comportamento e a Educação, de acordo com Henklain e Carmo (2013), um dos papéis principais do professor consiste em criar condições que facilitem a aprendizagem. Assim, o professor (nosso agente interventor principal proposto pelo guia elaborado) estaria, ao combater o racismo religioso no contexto escolar, criando condições em que a aprendizagem possa se dar de forma mais fácil – já que compreendemos que o racismo religioso na sala de aula poderia implicar em um desempenho escolar defasado, especialmente pelos alunos que são vítimas. Adicionalmente, o professor estaria criando um ambiente para o ensino de comportamentos de promoção da diferença, do convívio com pessoas diferentes e com crenças e formas de pensar diversas.

Considerações Finais

Acreditamos que os trabalhos desta área acerca de delineamentos culturais proporcionam uma grande oportunidade de se trabalhar com temáticas sociais e complexas, que ainda são pouco discutidas pela psicologia e pela análise do comportamento, especialmente o racismo religioso. Ademais, reiteramos que é fundamental que o psicólogo e o analista do comportamento tenham uma prática voltada con-

tra toda forma de opressão, como aponta Carrara (2016), que afirma que é indispensável que trabalhe-mos a favor da justiça social e do bem coletivo.

Sobre a aplicação do delineamento cultural proposto pelo guia, elencamos alguns desafios. Por lidar com uma população heterogênea, uma espécie de reforçamento apenas provavelmente não seria eficaz, uma vez que os alunos foram expostos a diferentes contingências de reforçamento ao longo de suas vidas. O aplicador teria que, a partir da observação prévia do público alvo, identificar potenciais reforçadores.

Os aplicadores precisam se atentar ao fato de que em sala de aula podem concorrer as contingências planejadas pelo professor com as contingências dispostas por outros alunos/colegas, o que pode enfraquecer a eficácia do delineamento cultural. Atentar a uma possível concorrência entre contingências pode permitir planejar soluções para lidar com tal desafio.

Destacamos ainda o desafio de encontrar escolas dispostas a aplicar a proposta, já que o projeto poderia acarretar em reclamações dos pais – ou até mesmo de professores e outros membros da escola. Considerando que a escola também é um local onde o racismo institucional prevalece (Ribeiro, 2015), instituições escolares podem ser abertamente e sistematicamente contrárias a uma intervenção sob essa problemática.

A elaboração deste guia aponta diretrizes para a intervenção ao racismo religioso na escola, pois atua diretamente na fonte de controle destes comportamentos, sem ignorar a complexidade da temática. Os desafios elencados elevam o custo da resposta a ser emitida para sua aplicação, porém não impedem que a intervenção seja implementada. Ao mesmo tempo, a elaboração do guia expõe a necessidade de mais trabalhos da análise do comportamento envolvendo racismo religioso, seja de natureza teórica ou prática. A intolerância contra as RMA se configura como um problema social relevante e a ciência analítico comportamental apresenta desenvolvimento teórico e ferramentas suficientes para intervir sobre essa prática cultural.

Referências

- Alarcón, M. N., Toranzo, F. M., Jiménez, M. P. M. (2010). Impacto diferencial de la religión en el prejuicio entre muestras cristianas y musulmanas. *Escritos de Psicología (Internet)*, 3(4), 11-20.
- Brasil (1940). *Código Penal*. Diário Oficial da União Brasil (2003). *Lei nº 10. 639, de 9 de janeiro de 2003*. Diário Oficial da União.
- Carrara, K. (2016). Ecos da “revolução de Holland” na contemporaneidade: práticas culturais, ética e compromisso social. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 18(Número especial), 84-94. <https://doi.org/10.31505/rbtcc.v18i0.847>
- Carrara, K., Zilio, D. Análise Comportamental da Cultura: contingência ou metacontingência como unidade de análise? *Revista Brasileira de Análise do Comportamento*, 11(2), 135-146. <http://dx.doi.org/10.18542/rebac.v11i2.1944>
- Carrara, K., Souza, V. B., Oliveira, D. R., Orti, N. P., Lourencetti, L. A., & Lopes, F. R. Desenvolvimento de guia e fluxograma como suporte para delineamentos culturais. *Acta Comportamentalia*, 21(1), 99-119.
- Cavalcanti, A. P. R. (2016). *Relações entre preconceito religioso, preconceito racial e autoritarismo de direita: uma análise psicossocial*. [Dissertação de Mestrado não publicada]. Universidade Federal da Paraíba.
- Conselho Federal de Psicologia (2005). *Código de Ética Profissional do Psicólogo*.
- Conselho Nacional de Saúde. (2012). *Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012*. Ministério da Saúde.
- Dittrich, A. (2010). Análise de consequências como procedimento para decisões éticas. *Perspectivas em Análise do Comportamento*, 1(1), 44-54.
- Fernandes, D. M. (2015) *A sobrevivência das culturas como prescrição ética para o planejamento cultural: um estudo conceitual*. [Dissertação de Mestrado não publicada]. Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho.
- Fernandes, D.M., Carrara K., & Zilio, D. (2017). Apontamentos para uma definição comportamentalista de cultura. *Acta Comportamentalia*, 25(2), 265-280.

- Fernandes, N. V. E. (2017). A raiz do pensamento colonial na intolerância religiosa contra religiões de matriz africana. *Revista Calundu*, 1(1), 117-136.
- Glenn, S. (1986). Metacontingencies in Walden Two. *Behavior Analysis and Social Action*, 6, 2-8. 10.1007/BF03406059.
- Henklain, M. H. O., & Carmo, J. S. (2013). Contribuições da análise do comportamento à educação: um convite ao diálogo. *Cadernos de Pesquisa*, 43(149), 704-723. <https://doi.org/10.1590/S0100-15742013000200016>
- Maggie, Y. (1992). *Medo do Feitiço: relações entre magia e poder no Brasil*. Arquivo Nacional.
- Melo, C. M., & De Rose, J. C. C. (2012). Sobrevivência das culturas em Skinner: um diálogo com o materialismo cultural de Harris. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 28(1), 119-128.
- Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. (2020). *Balanco - Disque 100*. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/aceso-a-informacao/ouvidoria/balanco-disque-100>
- Oliveira, T. A. (2021). Pulsão de Morte: um elemento propulsor da intolerância ideológico-religiosa. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, 24(1), 92-114. <https://doi.org/10.1590/1415-4714.2021v24n1p92.6>.
- Ribeiro, F. G. (2015) *Implicações do racismo institucional na educação básica em Cuiabá*. [Dissertação de Mestrado não publicada]. Universidade Federal de Mato Grosso.
- Rodrigues, M.B. (2007). Interculturalidade: por uma genealogia da discriminação. *Psicologia e Sociedade*, 19(3), 55-61. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822007000300009>
- Santos, M. L. O. (2010) *Raça e Religião: uma análise psicossocial dos discursos acerca das religiões afro-brasileiras*. [Dissertação de Mestrado não publicada]. Universidade Federal da Paraíba.
- Silveira, R. O. (2006). *Candomblé da Barroquinha: processo de constituição do primeiro terreiro baiano de keto*. Maianga, 2006.
- Skinner, B. F. (2003). *Ciência e Comportamento Humano*. Martins Fontes.
- Suriani Lamas, R. (2019) A formação das religiões afro-brasileiras: A interferência do sincretismo religioso. *Sacrilegens*, 16(1), 222-232. <https://doi.org/10.34019/2237-6151.2019.v16.28835>.
- Zanotto, M. L. B. (2000). *Formação de Professores: a contribuição da análise do comportamento*. EDUC.

Informações do Artigo

Histórico do artigo:

Submetido em: 30/03/2021

Aceito em: 12/07/2021

Editor Associado: Táhcita Medrado Mizael